

XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017

GT- 6 – Informação, Educação e Trabalho

PROGRAMAS DE ACESSIBILIDADE PARA APOIO AOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR E BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS BRASILEIRAS E PORTUGUESAS: AMBIENTES DEMOCRÁTICOS E ALTERNATIVOS PARA A INCLUSÃO SOCIAL

Isabel Cristina dos Santos Diniz – (Universidade Federal do Maranhão - UFMA)

Ana Margarida Almeida (Universidade de Aveiro)

Cassia Furtado – (Universidade Federal do Maranhão - UFMA)

ACCESSIBILITY PROGRAMS TO SUPPORT STUDENTS WITH DISABILITIES IN HIGHER EDUCATION IN BRAZILIAN AND PORTUGUESE UNIVERSITY LIBRARIES: DEMOCRATIC AND ALTERNATIVE ENVIRONMENTS FOR SOCIAL INCLUSION

Modalidade da Apresentação: Comunicação Oral

Resumo: O objetivo do presente estudo foi descrever e interpretar as parcerias desenvolvidas entre os núcleos de acessibilidade e/ou Grupo de Trabalho para o Apoio a Estudantes com Deficiência no Ensino Superior (GTAEDES) e as bibliotecas universitárias brasileiras e portuguesas para promover inclusão e acessibilidade. Utilizou-se um questionário *on-line* aplicado aos diretores dos núcleos de acessibilidade das universidades brasileiras e para a coordenação geral do GTAEDES, que se responsabilizou de enviar para *email* privativo dos demais representantes dos grupos pertencentes às universidades portuguesas. A análise dos dados recolhidos para esta investigação envolve estatística descritiva básica com o cruzamento de tabelas no *SPSS Statistics* versão 24. Os resultados mostram que a maioria 11 (64,7%) dos núcleos de acessibilidade brasileiros e 6 (75%) GTAEDES não possuem o domínio do Controle de registro sobre os estudantes com necessidades especiais que frequentam a biblioteca. Falta parceria no processo de formação de coleções das bibliotecas, bem como na parceria com o serviço de referência da biblioteca, dentre outros. Conclui-se que os núcleos de acessibilidade, os GTAEDES e as bibliotecas universitárias não estão atuando em parceria para atender os utilizadores com necessidades educativas especiais. Quanto a originalidade e valor, esta investigação é uma inovação em relação à atuação das bibliotecas em parceria com os núcleos de

acessibilidade e GTAEDES. Portanto, fornece insights para futuras pesquisas sobre a atuação e parcerias inclusivas dentro do espaço universitário, evidenciando que a inclusão e acessibilidade devem ser uma colaboração e, acima de tudo, com a participação de todos da instituição de ensino superior.

Palavras-Chave: Biblioteca Inclusiva; Núcleo de Acessibilidade; Grupo de Trabalho para o Apoio a Estudantes com Deficiência no Ensino Superior.

Abstract: The purpose of the present study was to describe and interpret the partnerships developed between the accessibility groups and / or the Working Group for Support to Students with Disabilities in Higher Education (GTAEDES) and the Brazilian and Portuguese university libraries to promote inclusion and accessibility. An online questionnaire was applied to the directors of the accessibility centers of the Brazilian universities and to the general coordination of the GTAEDES, which was responsible for sending private e-mails to the other representatives of the relevant groups of Portuguese universities. The analysis of the data collected for this research involves basic descriptive statistics with the cross-tables in SPSS Statistics version 24. The results show that 11 (64.7%) of the Brazilian accessibility nuclei and 6 (75%) GTAEDES do not have the domain of Registry Control over students with special needs who attend the library. There is a lack of partnership in the process of forming collections of libraries, as well as in the partnership with the library reference service, among others. The conclusion is that the accessibility centers, GTAEDES and university libraries are not working in partnership to meet users with special educational needs. As for originality and value, this research is an innovation in relation to the performance of libraries in partnership with the accessibility and GTAEDES nuclei. Therefore, it provides insights for future research on action and inclusive partnerships within the university space, showing that inclusion and accessibility should be a collaboration and with the participation of all of the higher education institution above all.

Keywords: Inclusive Library; Accessibility Center; Working Group to Support Students with Disabilities in Higher Education.

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos dez anos, é de notar um número significativo de pessoas com necessidades especiais ingressando no ensino superior, especificamente no Brasil e em Portugal. No Brasil, conforme indicadores de educação divulgados pelos Ministério de Educação (MEC) e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), dos 7.828.013 estudantes matriculados em cursos de graduação no país, 37.927 são estudantes com necessidades educativas especiais, ou seja, aproximadamente 0,43% da população universitária (INEP, 2016). Em Portugal, foi desenvolvido um estudo com o objetivo de conhecer a realidade do número de estudantes com necessidades educativas especiais nas instituições de ensino superior; conhecer os apoios concedidos aos estudantes com necessidades educativas especiais; e de criar, com base nas informações anteriores, um catálogo nacional online dos apoios aos estudantes com necessidades educativas especiais disponibilizados por essas instituições. Foram aplicados questionários às 292 instituições de ensino superiores portuguesas com retorno de 174 respostas válidas. Os dados apontam que no período de 2013/2014 foram registrados 1.318 estudantes com necessidades educativas especiais matriculados no ensino superior português (PIRES; PINHEIRO; OLIVEIRA, 2014).

Considerando o contexto referido, questiona-se até que ponto tal ingresso necessariamente pode ou deve ser considerado “educação inclusiva”, visto que é uma incógnita o percurso acadêmico desses estudantes, quanto ao: acesso, ingresso, permanência e conclusão dos cursos universitários, especialmente nos países supracitados? Assim, falar sobre a educação inclusiva no ensino superior suscita vários questionamentos, principalmente, quanto as adequações que as instituições de ensino superior apresentam para acolher as pessoas com necessidades especiais.

De forma geral, torna-se necessário que as instituições de ensino superior brasileiras e portuguesas se transformem em espaços inclusivos e de qualidade, que valorizem as diferenças sociais, multiculturais, físicas e emocionais para atender às necessidades educacionais de cada estudante. Neste contexto, a inclusão de pessoas com necessidades especiais vem gerando grande polêmica em função da garantia da entrada, permanência e saída com êxito destes sujeitos. E, uma das medidas para assegurar a inclusão nas instituições de ensino superior consiste na parceria e cooperação interna de todos os setores

e instâncias da universidade em prol do mesmo objetivo que, neste caso, é desenvolver uma cultura de inclusão no espaço universitário.

Este artigo tem, por objetivo, descrever e interpretar as parcerias desenvolvidas entre os núcleos de acessibilidade e/ou Grupo de Trabalho para o Apoio a Estudantes com Deficiência no Ensino Superior (GTAEDES) e as bibliotecas universitárias brasileiras e portuguesas para promover inclusão e acessibilidade.

2 PESSOA COM NECESSIDADE ESPECIAL

As pessoas com necessidades especiais vêm sofrendo restrições ao longo de sua história de vida através dos séculos. Isto porque, erradamente, a ideia de deficiência tem sido divulgada como um fenômeno pertencente ao corpo, representado pela falta ou limitação de uma ou várias partes do corpo. Assim, questões sobre deficiência foram negligenciadas durante um longo período pela sociologia. Porém, mudanças aconteceram a partir de meados do século XX, como consequência das fortes influências e do impacto crescente de movimentos sociais que se debruçaram especificamente sobre a luta pelos direitos sociais, civis e políticos deste grupo de pessoas (BARNES; OLIVER, 1993).

As interpretações de Goffman (1963) e Elias (1993), dentre outros subsidiaram as primeiras análises sociológicas da deficiência. Goffman (1963), trouxe contribuições ao desvendar o papel dos estigmas e o uso do corpo como elemento comprometedor para alterar ou não as relações sociais que se estabelecem com os estigmatizados. Além disso, contribuiu para discussões sobre as funções das instituições e dos profissionais, em especial, aqueles atuantes em ambientes organizados para a educação e/ou reabilitação de pessoas com necessidades especiais.

Em continuidade, Elias (1993), na obra “O Processo Civilizatório”, mostra que a nossa compreensão e experiências sobre o corpo são herdadas através da história dos processos sociais e psicológicos, de origem do século XVI. Este sociólogo estudou os desenvolvimentos históricos, centralizando sua concentração sobre o poder sempre estar nas mãos de uma minoria aristocrata, e que para perpetuar este poder a opressão e a violência para com as pessoas ou grupos menos favorecidos deveria ser desenvolvida, como uma forma de controlar socialmente as emoções e a consciência de si próprio como indivíduo em um corpo. Nessa perspectiva, este estudioso mostrou que vem daí a razão dos códigos de conduta, bem como padrões de normalidade desenvolvidos na sociedade ao impor o certo e

XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP

o errado como forma de controle social, onde o corpo se mostra como portador de uma posição social. Elias (1993) deixou fortes contribuições analíticas para se refletir sobre o significado da deficiência; e as relações sociais que envolvem as pessoas com deficiência e o meio social.

Complementando, para Douglas (1988) existe o corpo social e o corpo físico, onde o primeiro determina e restringe o modo como o segundo é percebido. Neste contexto, as propriedades fisiológicas do corpo são fatores determinantes para a cultura, onde esta é a mediadora e responsável por traduzir essas propriedades para símbolos significativos. Portanto, o corpo consiste em um símbolo representativo da sociedade, que deve apresentar toda a sua estrutura anatômica perfeita dentro dos padrões normativos determinados pelo meio social.

Neste contexto, para a deficiência, esta realidade se configura na forma como a pessoa com necessidade especial foi tratada nas diversas sociedades. Toda a segregação, discriminação e preconceito sofridos por esse tipo de pessoa faz parte da repetição de movimento consciente e inconsciente do indivíduo representando crenças e valores sociais.

Para o Modelo Social de Deficiência, deficiência é vista como uma temática inovadora e de caráter político, discutida em estudos sociais. Este Modelo surge do movimento social de pessoas com necessidades especiais desenvolvido na Inglaterra, cujo objetivo centra na emancipação dessas pessoas para se perceber criticamente na sociedade. Sua origem parte da necessidade crítica da compreensão sobre deficiência, em oposição à conceituação preestabelecida pelo Modelo Médico (FONTES, 2016).

Habitus consiste em um sistema de esquemas individuais, socialmente constituído e disposto em estruturas sociais (família, escola, universidade, biblioteca, etc.) e estruturantes (nas mentes das pessoas), adquirido por experiências do cotidiano enraizadas na cultura de uma sociedade (SETTON, 2002). Por exemplo, a forma de andar, falar, gesticular, etc., de um homem se diferencia de uma mulher, os comportamentos e ações compõem as características de um indivíduo dentro de uma determinada sociedade, que são adquiridas a partir do convívio em determinados espaços, de forma (in) consciente, e que se perpetuam como uma marca registrada. Daí a compreensão do porquê de as pessoas com necessidades especiais sofrerem opressão no passado, e este fato se perpetuar até os dias atuais. Os seus corpos, por serem diferentes, conseqüentemente, reagem de formas diferentes e fogem aos

padrões ditados pela normalização da sociedade. Uma vez que já foram enraizados na cultura da sociedade pensamentos e atitudes excludentes e preconceituosas.

Essa sociedade está moldada em padrões pré-concebidos, onde o diferente ou seja, aquele que não apresenta condições para desenvolver certas atividades rotineiras passa a ser visto como improdutivo e sem utilidade, vagueando no esquecimento, já que se trata de uma questão cultural. Bryan Turner, *Regulating Bodies: essays in Medical Sociology* (1992), explora o uso do corpo na teoria social, enquadramento estruturalista, que investe em analisar o modo como as práticas e as técnicas corporais são culturalmente moldados e os corpos são inscritos de significados no seio dos sistemas culturais (TURNER, 1992).

Dessa forma, para a Sociologia e Psicologia, a deficiência não é algo inerente da estrutura corporal da pessoa com deficiência, mas um defeito ou incompletude do contexto sociocultural, que exclui essa pessoa. Ressalta-se que a deficiência não pode ser anulada, mas entende-se que ela pode e deve ser superada pelas boas práticas das relações sociais (AGUIAR et al., 2017). Neste contexto, se insere a necessidade de boas práticas sociais no processo inclusivo e de acessibilidade, principalmente, no processo de educação superior. Na perspectiva do trabalho em parceria envolvendo todos os que fazem parte do processo de ensino superior, bem como todas as instâncias da universidade, incluindo as bibliotecas universitárias e os núcleos/gabinetes de apoio para os estudantes com necessidades especiais.

3 ENSINO SUPERIOR, BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA E SEUS DESAFIOS NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO

A busca do respeito à diversidade humana, nos conduz a observar que as pessoas são possuidoras de habilidades diversificadas e algumas precisam de condições especiais para poderem desempenhar determinadas atividades, fato que não as diminuem ou desmerecem perante aquelas pessoas que não apresentam determinadas limitações (GLAT; BLANCO, 2007). Dessa forma, a acessibilidade de instituições públicas e privadas e a disponibilidade de tecnologias assistivas que permitem e favoreçam muitas pessoas com necessidades especiais a encontrarem condições necessárias para que possam se dedicar às atividades de estudo, trabalho e lazer com êxito, contribuindo, assim, de forma positiva para o desenvolvimento da sociedade, tem sido uma luta constante em nível nacional e internacional (DINIZ; ALMEIDA; FURTADO, 2016).

XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP

Neste contexto, se encontram inseridas as instituições de ensino superior, que se organizam para validar as suas estratégias que contemplam a formação do estudante com necessidade especial (AMORIM et al., 2005). Garantindo-lhes uma aprendizagem de habilidades e conhecimentos necessários para a vida em sociedade, através de instrumentos de compreensão da realidade, favorecendo a participação destes estudantes em relações sociais diversificadas e cada vez mais amplas (exercitando diferentes papéis em grupos variados). Para tanto, as instituições de ensino superior precisam reconsiderar as suas práticas na sociedade, sejam elas de natureza econômica, política, social, cultural, ética ou moral; e, suas relações através de sua ação no mundo (AMORIM et al., 2005).

Neste contexto, estão inseridas as bibliotecas universitárias

[...] instituições de ensino superior que estão voltadas para atender as necessidades de todos os membros da comunidade acadêmica da qual fazem parte, mas num processo dinâmico, onde cada uma de suas atividades não é desenvolvida de maneira estática e mecânica, mas com o intuito de agir interativamente para ampliar o acesso à informação e contribuir para a missão da universidade (NUNES; CARVALHO, 2016, p. 179).

Assim, a biblioteca universitária inclusiva, segue o modelo conhecido como *design for all*, que tem por objetivo englobar os aspectos físicos e digitais, disponibilizando serviços que permitam a utilização por todos, em especial, os utilizadores com algum tipo de deficiência, de forma fácil e confortável (MAZZONI et al., 2001).

Desse modo, todas as ações voltadas para inclusão desenvolvidas no ensino superior devem ter parcerias com a biblioteca universitária que, assim como as demais estruturas orgânicas da universidade, precisará adequar e repensar sobre a sua estrutura física, a ergonomia, o conforto, seu acervo e serviço de referência para cumprir com as exigências previstas na legislação sobre inclusão e acessibilidade (BRASIL, 2006; PORTUGAL, 2006). Em conformidade com a pressão advinda dos documentos legais sobre inclusão e acessibilidade, a biblioteca está diante do desafio de buscar novas ferramentas e atitudes que permitam a criação de condições permissíveis ao estudo, à investigação e à aprendizagem, mas também reforçar o seu papel social, por meio da busca de novas possibilidades de acessibilidade e inclusão em seu ambiente.

Assim, as instituições de ensino superiores brasileiras e portuguesas, enfrentam o desafio de conseguir que todos os estudantes, em especial aqueles com necessidades

XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP

educativas especiais, para que tenham acesso à educação superior com qualidade vêm desenvolvendo algumas ações específicas, conforme veremos a seguir.

O Programa de Acessibilidade na Educação Superior (Incluir), do Ministério da Educação, Secretaria de Educação Superior e da Secretaria de Educação Especial, criado em 2005, cumpre o disposto nos decretos nº 5.296/2004 e nº 5.626/2005 e no edital Incluir 04/2008 (Brasil, 2004, 2005, 2008). Este Programa tem por objetivo “promover o desenvolvimento de políticas institucionais de acessibilidade nas IFES (Instituições Federais de Ensino Superior) para o desenvolvimento pleno de estudantes com deficiência e/ou mobilidade reduzida (BRASIL, 2011).

Com o Programa Incluir, o Governo Federal institucionalizou a acessibilidade na educação superior na tentativa de eliminar barreiras físicas, pedagógicas e de comunicações e a efetivação de política de acessibilidade universal, onde a proposta maior é a criação, reestruturação e consolidação de Núcleos de Acessibilidade nas instituições de ensino federais brasileiras. Assim, os Núcleos de Acessibilidade consistem em espaços físicos compostos por profissionais responsáveis pela organização de ações e articulações entre os diferentes órgãos, departamentos e setores da universidade para implementação de políticas de acessibilidade para efetivação das relações de ensino, pesquisa e extensão na universidade (BRASIL, 2008), incluindo a biblioteca universitária.

Nos dias atuais, os núcleos de acessibilidade são os responsáveis pelo cumprimento da “legislação vigente e das orientações pedagógicas emanadas pela política de inclusão no ensino superior”(SARAIVA, 2015, p. 26). Além de “prover os recursos e serviços demandados pelos alunos que requerem um atendimento diferenciado, articulando diversos setores dentro e fora da universidade para implementação da acessibilidade e efetivação das relações de ensino, pesquisa e extensão com vistas a inclusão educacional e social das pessoas com deficiência” (SARAIVA, 2015, p. 26).

Em Portugal, importa mencionar a criação do Grupo de Trabalho para o Apoio a Estudantes com Deficiência no Ensino Superior (GTAEDES), que teve início em 1998, na Universidade do Minho, constituído pelo Grupo de Trabalho da Comissão de Leitura para deficientes visuais, no âmbito do ensino superior (MARTINS; MARTINS, 2011).

Atualmente, trata-se de uma parceria entre instituições de ensino superior público com serviços de apoio a estudantes com deficiência, compreendendo: Universidade dos Açores, Universidade de Aveiro: Gabinete de Apoio Pedagógico, Universidade de Coimbra:

Apoio Técnico-Pedagógico a Estudantes Deficientes, Universidade de Évora: Núcleo de Apoio ao Estudante, Universidade de Lisboa: Reitoria, Universidade do Minho: Gabinete de Apoio ao Estudante com Deficiência, Universidade do Porto: Serviço de Apoio ao Estudante com Deficiência, Universidade Técnica de Lisboa: Serviços de Acção Social, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro: Centro de Engenharia de Reabilitação e Acessibilidade, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa: Serviço de Apoio ao Aluno, Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa: Gabinete de Apoio Psicopedagógico e o Instituto Politécnico de Leiria: Serviço de Apoio ao Estudante (GTAEDDES, 2015).

Além da colaboração de entidades como: Direção Geral de Ensino Superior, Agência para a Sociedade do Conhecimento (UMIC) e Instituto Nacional para a Reabilitação. O GTAEDDES objetiva: “proporcionar um serviço de melhor qualidade a estudantes com deficiências; e promover a aproximação inter-serviços que apoiam estudantes com deficiências, por forma a facilitar a troca de experiências, o desenvolvimento de iniciativas conjuntas e a racionalização de recursos” (GTAEDDES, 2015, p.1).

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A investigação descrita contemplou uma etapa na qual os diretores dos núcleos de acessibilidade das universidades brasileiras e os diretores do GTAEDDES das universidades portuguesas foram inquiridos através da aplicação de um *survey*, considerando a necessidade identificada de descrever, compreender e interpretar as suas parcerias com a biblioteca universitária quanto às ações desenvolvidas para promover inclusão e acessibilidade.

Dentre os procedimentos executados destacam-se: contato com os dos núcleos de acessibilidade das universidades brasileiras e os diretores do GTAEDDES das universidades portuguesas, preparação do inquérito por questionário, organização da técnica de recolha de dados, pré-testagem do inquérito e aplicação do mesmo aos diretores dos núcleos e do GTAEDDES.

O inquérito por questionário serviu para identificar as experiências e casos (programas e projetos) de uso de produtos de apoio e de soluções acessíveis desenvolvidas pelos núcleos de acessibilidade das universidades brasileiras e pelos GTAEDDES das universitárias portuguesas em parceria com a biblioteca universitária. Relativamente, ao questionário, este contemplou as seguintes dimensões: (i) perfil do diretor do núcleo e/ou GTAEDDES; (ii) identificação do setor (informações sobre objectivos e metodologia de ação do

XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP

setor); (iii) identificação sobre programas e projetos de inclusão e acessibilidade desenvolvidos pelo setor e sua relação e parceria com a biblioteca universitária. Esta última dimensão foi dividida por categorias (acessibilidade arquitetônica; acessibilidade comunicacional; acessibilidade instrumental; acessibilidade metodológica; acessibilidade pragmática; e acessibilidade atitudinal).

Por conta da abrangência do questionário e pela limitação da extensão desta comunicação selecionamos apenas 7 questões referentes à dimensão (iii), nas categorias: acessibilidade metodológica, acessibilidade programática, acessibilidade comunicacional e acessibilidade instrumental. Essas questões foram selecionadas na tentativa de mostrar se o núcleo/GTAEDES e a biblioteca possuem parcerias sobre: o controle do quantitativo de ENE; os tipos de limitações e/ou deficiência que esses estudantes apresentam; se existe participação no processo de formação de coleções para acervos em formatos alternativos e acessíveis; se existe participação em ações culturais e científicas prevendo a inclusão, dentre outros (Quadro 1).

Quadro 1: Questões analisadas.

Nº	Questões
Q1	Núcleo\GTAEDES mantém um controle de registro sobre os estudantes com necessidades especiais que frequentam a biblioteca da sua universidade, identificando as suas limitações e necessidades no acesso e uso da informação?
Q2	Núcleo\GTAEDES participa no processo de formação de coleções das bibliotecas da instituição de ensino à qual pertence, prevendo e indicando a aquisição dos conteúdos básicos do acervo\arquivo em formatos alternativos e acessíveis como, por exemplo, Braille, áudio e digital?
Q3	Núcleo\GTAEDES mantém parceria com a biblioteca para promover ações culturais e científicas que preveem a inclusão de todos os usuários/utilizadores, independentemente de limitações físicas, sensoriais ou cognitivas?
Q4	Núcleo\GTAEDES mantém parceria com o Serviço de Referência e Informação e a orientação de usuários/utilizadores com limitações físicas e psicomotoras da biblioteca universitária à qual pertence?
Q5	Indique quais os serviços de apoio ao usuário/utilizador com limitações físicas e psicomotoras oferecidos pela biblioteca universitária que tem a participação do Núcleo\GTAEDES?
Q6	Que equipamentos de apoio da sua universidade são disponibilizados para a biblioteca dar apoio e acessibilidade aos usuários/utilizadores com limitações físicas e psicomotoras?
Q7	Indique que setor/sessão da sua universidade que está responsável pela gestão e disponibilização de equipamentos acima assinalados.

Fonte: Autores.

Com base no estudo desenvolvido por Souza (2010, p. 98), constatou-se que até 2010, todos os estados brasileiros foram contemplados pelo Programa INCLUIR, havendo no total 155 núcleos de acessibilidades distribuídos em universidades de todas as regiões brasileiras.

**XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP**

No entanto, para esta pesquisa, o questionário *on-line* foi enviado para apenas 55 diretores/coordenadores dos núcleos de acessibilidade das universitárias brasileiras, que assinaram o Termo de Aceite para participar desta investigação. Paralelamente, o mesmo questionário *on-line* foi enviado para a coordenação geral do GTAEDS, que se responsabilizou de enviar para o *email* privativo dos demais representantes dos grupos pertencentes às universidades portuguesas. Entre janeiro a dezembro de 2016 obtivemos o retorno de 25 respostas válidas que compreendem 17 diretores dos Núcleos de Acessibilidade e 8 diretores do GTAEDS.

Convém destacar que a não participação de alguns diretores/coordenadores neste inquérito foi justificada pela falta de tempo, a não visualização do *email* ou por não disporem de serviços em parceria com a biblioteca, excluindo-se de colaborar nesta investigação.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste item serão descritos os resultados e as discussões dos dados simultaneamente. A partir dos dados recolhidos, foi possível perceber que dos 25 respondentes, a maioria 17 (68%) dos diretores dos núcleos é de nacionalidade brasileira, seguido por 8 (32%) de diretores do GTAEDS de nacionalidade portuguesa. Quanto à faixa etária, género, nível académico, tempo de serviço e área de atuação os índices mais altos correspondem a: 9 (52,9%) “41 a 50 anos”, 16 (94,1%) “Feminino”, 7 (41,2%) “Mestrado” e 4 (23,5%) “Doutorado”, 5 (29,4%) “1 a 5 anos” e 5 (29,4%) “6 a 10 anos”, e 5 (29,4%) Psicologia, 3 (17,6%) Pedagogia e 3 (17,6%) Biblioteconomia, no caso brasileiro. E, 4 (50%) “+ 50 anos”, 8 (100%) “Feminino”, 3 (37,5%) “Graduação/Licenciatura” e 4 (50%) “Mestrado”, (37,5%) “11 a 20 anos” e 4 (23,5%) “21 a 30 anos”, e 2 (25%) Psicologia, 2 (25%) Pedagogia e 2 (25%) Serviço Social, no caso português.

Estes resultados revelam que os inquiridos correspondem a um conjunto de profissionais experientes e com sólidos conhecimentos, fortalecendo a possibilidade de boas práticas na perspectiva de inclusão.

Para a Questão 1, obteve-se a seguinte distribuição de respostas: no contexto brasileiro, a maioria 11 (64,7%) dos diretores dos núcleos de acessibilidade responderam “não”; no caso português, a maioria 6 (75%) dos diretores do GTAEDS responderam que “não” detêm o controle de registro sobre os estudantes com necessidades especiais que frequentam a biblioteca (Tabela 1).

Tabela 1: Núcleo\gabinete de apoio mantém um controle de registro sobre os estudantes com necessidades especiais que frequentam a biblioteca da sua universidade, identificando as suas limitações e necessidades no acesso e uso da informação

XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP

País	Sim		Não		Total	
	N	%	N	%	N	%
Brasil	6	35,3	11	64,7	17	100
Portugal	2	25	6	75	8	100
Total	14	56	11	44	25	100

Fonte: Autores.

É de notar, a falta de comunicação entre a biblioteca universitária e os núcleos/GTAEDES em ambos países, quanto ao controle do registro quantitativo de estudantes com necessidades especiais que frequentam a biblioteca. Fato preocupante, visto que a universidade precisa estar preparada para promover a inclusão, neste sentido ações isoladas não surtirão o efeito desejado, pois a parceria e troca de experiência permitirá muito mais que as ações alcancem dimensões maiores causando mais efeitos positivos.

O Decreto nº 5.296/2004, Art. 9º, evidencia que os órgãos da administração pública direta e indireta e as empresas prestadoras de serviços públicos, devem formular, implementar e manter ações de acessibilidade priorizando as necessidades, a programação em cronograma e a reserva de recursos para a implantação das ações; bem como o planejamento, de forma continuada e articulada, entre os setores envolvidos. Priorizando, acima de tudo a parceria e troca de experiência entre as partes envolvidas no projeto de acessibilidade (BRASIL, 2004).

No que concerne à Questão 2, verifica-se, no contexto brasileiro, que 8 (47,1%) dos inquiridos indicaram “Nunca”, 6 (35,3%) “Às vezes” e 3 (17,6%) “Frequentemente”. Já no que respeita aos respondentes portugueses, 3 (37,5%) dos inquiridos indicaram “Nunca”, 2 (25%) que indicaram “Raramente” e 2 (25%) dos inquiridos responderam “Frequentemente” participam do processo de formação e desenvolvimento de coleções das bibliotecas universitárias (Tabela 2).

Tabela 2: Participação no processo de formação de coleções das bibliotecas

País	Nunca		Raramente		Às vezes		Frequentemente		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Brasil	8	47,1	-	-	6	35,3	3	17,6	17	100
Portugal	3	37,5	2	25	1	12,5	2	25	8	100
Total	11	44	2	8	7	28	5	20	25	100

Fonte: Autores.

XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP

De acordo com os dados descritos na Tabela 2, percebeu-se, de modo geral, que tanto no contexto brasileiro como no português, a realidade é muito preocupante, pois acredita-se que o núcleo/GTAEDES por ter contato direto com os estudantes com deficiência, tem informações pertinentes quanto as limitações destes estudantes. Podendo, assim, trocar informações com a biblioteca sobre os tipos de limitações de cada um, incluindo suas necessidades informacionais, contribuindo com a indicação quanto ao tipo de formato do material (livro ilustrado, livro em Braille, livro áudio, livro digital, dentre outros) mais indicados para os mesmos, dentre outros. Portanto, a participação do núcleo/GTAEDES no processo de formação e desenvolvimento de coleções da biblioteca seria um dos caminhos para fortalecimento da inclusão no espaço universitário.

Além do mais, este estudo baseia-se no modelo social da deficiência (BAMPI, 2010). Dentro desta perspectiva, a legislação de ambos países assegura que as pessoas com deficiência tenham livre acesso a locais, incluindo as universidades e bibliotecas universitárias, independentemente de suas limitações. Mas, cabe a cada profissional, dentro de sua área, adequar seu ambiente, suas atividades e ações em prol dessa demanda de pessoas.

Os dados já referidos nos levaram a analisar sobre o fato de que os bibliotecários e os diretores dos núcleos/GTAEDES podem ser responsáveis por despertar e desenvolver nos usuários com necessidades especiais o sentimento de pertença à universidade, a sala de aula, a biblioteca, dentre outros. Este tipo de sentimento deve ser influenciado e amadurecido nesses usuários ao longo de toda a vida acadêmica, e dependendo da forma e do grau desse amadurecimento, poderá ter feedback negativo ou positivo, ao longo do percurso desse utilizador. Para Oxoby (2009) depende das crenças, experiências e percepções que as pessoas com necessidades especiais têm em relação ao ambiente em que se encontra, que irão determinar sua decisão de permanecer ou não em determinada comunidade. Portanto, o processo de indicação de novos materiais acessíveis para o acervo da biblioteca consiste em um sinalizador para o usuário com necessidade especial de que ele é importante, de que há preocupação da biblioteca em satisfazer suas necessidades informacionais, havendo influência positiva no desenvolvimento do sentimento de pertença ao ambiente da biblioteca universitária.

Em resposta à Questão 3, verificou-se que apenas 4 (23,5%) dos inquiridos responderam “Às vezes”, 4 (23,5%) que “Raramente” e 6 (35,4) que “Frequentemente”, no

XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP

contexto dos respondentes brasileiros. No contexto português, obteve-se que 2 (25%) dos inquiridos responderam que “Raramente”, 2 (25%) que “Frequentemente” e 3 (37,5%) que “Às vezes” mantêm parcerias com as bibliotecas para promover ações culturais (Tabela 3).

Tabela 3: Parcerias com a biblioteca para promover ações culturais

País	Nunca		Raramente		Às Vezes		Frequentemente		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Brasil	3	17,6	4	23,5	4	23,5	6	35,4	17	100
Portugal	1	12,5	2	25	3	37,5	2	25	8	100
Total	4	16	6	24	7	28	8	32	25	100

Fonte: Autores.

Verificou-se que há mais aproximação, apesar de estar longe do ideal, dos núcleos/GTAEDES com a biblioteca quando é para manter parcerias para promover ações culturais. Dados interessantes, pois através da ação cultural ambos espaços criam uma perspectiva nova para o estudante com necessidades especiais, uma vez que desenvolvem novas atividades que estimulam a confiança e o sentido de pertença destes estudantes para com o espaço universitário. É necessário frisar também que para se promover a ação cultural nestes espaços com parcerias, torna-se necessário rever a problemática detectada na Questão 1 que consiste na falta de comunicação entre a biblioteca universitária e os núcleos/GTAEDES em ambos países.

Em resposta à Questão 4, apenas 4 (23,5%) responderam que “Raramente”, 5 (29,4%) responderam que “Nunca” e 6 (35,3) responderam “Às vezes”, no caso brasileiro. 2 (25%) dos inquiridos portugueses responderam que “Nunca”, 2 (25%) responderam que “Raramente” e 2 (25%) responderam que “Sempre” mantêm parceria com o serviço de referência e informação da biblioteca (Tabela 4).

Tabela 4: Mantém parceria com o serviço de referência e informação da biblioteca

País	Nunca		Raramente		Às Vezes		Frequentemente		Sempre		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Brasil	5	29,4	4	23,5	6	35,3	1	5,9	1	5,9	17	100
Portugal	2	25	2	25	1	12,5	1	12,5	2	25	8	100
Total	7	28	6	24	7	28	2	8	3	12	25	100

Fonte: Autores.

Os dados apresentados no Quadro 4 mostram a fragilidade da participação e troca de experiências entre os núcleos/GTAEDES e o serviço de referência e informação da biblioteca. Este serviço consiste, geralmente, no contato direto entre o bibliotecário e o usuário. O bibliotecário de referência deve ser um profissional empático, ou seja, empatia é o requisito

XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP

de tutoriais adaptados	1	5,9	16	94,1	4	50	4	50
Disponibilização de salas/gabinetes equipadas com tecnologias de apoio	7	41,2	10	58,8	5	62,5	3	37,5

Fonte: Autores.

A partir dos dados apresentados na Tabela 5, houve uma predominância em ambos os países da oferta de praticamente os mesmos serviços, com exceção do contexto português, onde houve um serviço a mais ofertado “Produção e disponibilização de tutoriais adaptados”. É interessante frisar que, quando os inquiridos foram instigados a comentar suas respostas a maioria deixou evidente que com exceção da “Produção e disponibilização de tutoriais adaptados”, os demais serviços são fornecidos diretamente pelo núcleo/GTAEDES.

Para a questão 6 observa-se que a maior incidência registrada foi para 10 (58,8%) ao responderem “Impressora Braille”, 10 (58,8%) “Computador com sintetizador de voz”, 10 (58,8%) “Equipamento para a ampliação da fonte de textos”, 10 (58,8%) “Scanner acoplado ao computador” e 10 (58,8%) “Lupa”, no caso brasileiro; e 5 (62,5%) dos inquiridos portugueses responderam que “Equipamento para ampliação da fonte de textos”, 4 (50%) “Lupas”, 4 (50%) “Impressora Braille” e 4 (50%) “Computador com sintetizador de voz”.

De acordo com as respostas apresentadas, percebe-se que tanto no contexto brasileiro quanto no contexto português há a predominância das mesmas tecnologias assistivas, mas ainda é necessário a aquisição de muito mais equipamentos por partes das instituições estudadas. Neste contexto, é válido destacar que as tecnologias assistivas são de extrema importância para as bibliotecas (WILLIAMS, 2016), visto que os dispositivos tecnológicos podem proporcionar aos usuários com necessidades especiais ou algum tipo de limitação, um melhor aproveitamento dos serviços e produtos informacionais oferecidos por esta instituição.

Ao serem instigados a comentarem suas respostas, a maioria evidenciou que a aquisição de certas tecnologias assistivas requer um alto investimento de recursos financeiros que as bibliotecas e universidades não dispõem. Daí a necessidade de parcerias financeiras com instituições externas à universidade, como uma alternativa viável para sanar ou apaziguar problemas de ordem financeira para aquisição de recursos tecnológicos voltados para inclusão.

XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP

De continuidade, na Questão 7, os dados evidenciaram que o setor da universidade responsável pela gestão e disponibilização desses equipamentos consiste em: 6 (35,3%) “Núcleo/GTAEDES” e 7 (41,2%) “Ambos parcerias”, no caso brasileiro; e 3 (37,5%) são de responsabilidade do “Núcleo/GTAEDES”, no caso português (Tabela 6).

Tabela 6: Setor da universidade responsável pela gestão e disponibilização de equipamentos.

Setor		Brasil				Portugal			
		Sim		Não		Sim		Não	
		N	%	N	%	N	%	N	%
Biblioteca		3	17,6	14	82,4	2	25	6	75
Núcleo/Gabinete		6	35,3	11	64,7	3	37,5	5	62,5
Ambos em parceria		7	41,2	10	58,8	2	25	6	75
Outros	Secretaria tecnológica	1	5,9	16	94,1				
Observação: Só a cadeira com verticalização pertence ao Gabinete Pedagógico						2	25	6	75

Fonte: Autores.

Os dados da Tabela 6 já eram esperados, uma vez que a universidade diante da limitação financeira já evidenciava nos dados discutidos na Questão 6, que a aquisição de tecnologias assistivas pela universidade consiste em uma atividade muito complexa em decorrência da falta de recursos financeiro. Ficando mais prático a parceria entre a biblioteca e o Núcleo/GTAEDES para disponibilizar tais recursos aos usuários com necessidades especiais.

6 CONCLUSÃO

A análise mostrou que o núcleo/GTAEDES e bibliotecas universitárias brasileiras e portuguesas têm carências de parcerias e ações inclusivas. É por isso que este artigo sugere uma série de recomendações que podem melhorar esta situação entre a biblioteca e os núcleos/GTAEDES, tais como: promover sensibilização dos bibliotecários para a questão da inclusão e acessibilidade; promover encontros, debates e discussões sobre as temáticas supracitadas; realizar trocas de relatórios técnicos entre a biblioteca e os núcleos/gabinetes, na tentativa de compartilhar informações precisas quanto ao quantitativo de estudantes com necessidades educativas especiais, matriculados na instituição de ensino superior, bem como informações sobre os cursos que têm esses tipos de estudantes; identificação dos tipos de deficiências dos estudantes, dentre outros; incentivar a parceria no processo de formação e desenvolvimento de coleções; manter parceria com os serviços de referência da biblioteca; manter parceria com os serviços de apoio ao utilizador, oferecidos pela biblioteca e cooperar ou compartilhar os equipamentos de apoio.

XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP

Cabe à biblioteca, especificamente, promover adaptações da sua legislação; incentivar ou promover a educação continuada de seus bibliotecários, a cooperação e desenvolvimento de diretrizes para o cumprimento de serviços em parceria com outros setores da universidade. Levando em conta o que se precede, as bibliotecas brasileiras e portuguesas irão responder positivamente às necessidades das pessoas com deficiência. Dessa forma, pensamos que, a formação especial em “inclusão e acessibilidade” precisa fazer parte integrante da formação inicial, bem com da educação continuada dos bibliotecários. Cremos que a falta de serviços e produtos voltados para atender aos utilizadores com necessidades especiais ocorre por falta de sensibilização, mas, principalmente, pelo desconhecimento sobre as temáticas supra-citadas.

Enfim, este é um dos momentos mais desafiadores e impactantes para o bibliotecário. Sem dúvida, consiste em um momento de oportunidades, mas de ameaças. A primeira supera a segunda, desde que o bibliotecário mude o seu perfil e procure ser mais atuante e proativo quanto as questões de inclusão e acessibilidade.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Mário Sérgio Pereira de et al. Deficientes intelectuais , por que não estão nas Universidades? In: CONGRESSO IBERO AMERICANO DE INVESTIGAÇÃO QUALITATIVA EM EDUCAÇÃO, 6., 2014. Salamanca, Espanha, v. 1, p. 658 – 666. Disponível em: < <http://plataforma9.com/congressos/6-congresso-ibero-americano-em-investigacao-qualitativa-ciaiq.htm>>. Acesso em: 16 jun. 2017.

AMORIM, R. O. de et al. A experiência do núcleo de acessibilidade da UFAL: contribuições para a inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior. In: ENCONTRO ALAGOANO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA, 6., Maceió, p. 1–5. 2005. Disponível em: < <http://www.seer.ufal.br/index.php/eaiei/article/view/2145>>. Acesso em: 16 jun. 2017.

BAMPI, L. (2010). Modelo social : uma nova abordagem para o tema deficiência. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 18, n. 4, p. 1–9. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/rlae/v18n4/pt_22.pdf>. Acesso em: 6 abr. 2017.

BARNES, Colin; OLIVER, Mike. **Disability**: A Sociological phenomenon ignored by Sociologists. 1993, p. 1-23. Disponível em: < www.leeds.ac.uk/disability-studies/archiveuk%5Cnpapers://8cd70ec6-f4df-491f-9956-19809daa6743/Paper/p46>. Acesso em: 16 jun. 2017.

BODAGHI, N. B.; ZAINAB, A.N. My carrel, my second home: Inclusion and the sense of belonging among visually impaired students in an academic library. **Malaysian Journal of Library & Information Science**, v. 18, n. 1, 2013, p. 39-54. Disponível em: <<http://ejum.fsktm.um.edu.my/VolumeListing.aspx?JournalID=3>>. Acesso em: 6 abr. 2017.

XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP

BRASIL. Decreto Nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos par. Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/D5296.htm> . Acesso em: 22 jan. 2017.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial da União, Seção 1, 28.** . Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm> . Acesso em: 22 jan. 2017.

BRASIL. Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e seqüenciais no sistema federal de ensino. **Diário Oficial da União.** Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5773.htm> . Acesso em: 22 jan. 2017.

BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. **Diário Oficial da União, 12.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm>. Acesso em: 22 jan. 2017.

BRASIL. Secretaria de Educação Superior. Edital de Seleção de Propostas - Programa Incluir. **Diário Oficial da União, Seção, seção 3, n. 84,** 5 maio 2008, p. 39–40. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=816-incluir-propostas-pdf&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192> . Acesso em: 22 jan. 2017.

Catarina, Centro de Ciências da Educação, Florianópolis, SC, 2010. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/94061/284033.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 22 maio 2017.

DOUGLAS, Mary. **Simbolos naturales:** exploraciones en Cosmología. California: Alianza Editorial, 1988. 200 p.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador:** uma história dos costumes. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993, v.1. Disponível em: <https://labmus.emac.ufg.br/up/988/o/ELIAS__Norbert._O_processo_civilizador_volume_1.pdf> Acesso em: 14 jan. 2017.

FONTES, Fernando. **Pessoas com deficiência em Portugal.** Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2016.

GLAT, R.; BLANCO, L. M. V. Educação Especial no contexto de uma Educação Inclusiva. In: GLAT, R. (Org.). **Educação Inclusiva:** cultura e cotidiano escolar. Rio de Janeiro: Editora Sette Letras, 2007.

XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP

GOFFMAN, Erving. **Estigma - notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Tradução Mathias Lambert. [S.l.:s.n.], 1963. 124p.

GRUPO DE TRABALHO PARA APOIO A ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR (Gtaedes). Disponível em: <<http://www.gtaedes.pt/o-gtaedes/>>. Acesso em: 6 abr. 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (Inep). **Sinopses Estatísticas da Educação Superior 2015**. Brasília: Inep, 2016. Disponível: <<http://inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>> . Acesso em: 10 jun. 2017.

MARTINS, Ana Bela; MARTINS, Andrea. Papel das bibliotecas de ensino superior no apoio a utilizadores com necessidades especiais. **Indagatio Didactica**, v. 3, n. 2, jun. 2011.. Disponível em: < <http://revistas.ua.pt/index.php/ID/issue/view/79> >. Acesso em: 6 abr. 2017.

MAZZONI, A. A. et al. Aspectos que interferem na construção da acessibilidade em bibliotecas universitárias. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 30, n. 2, p. 29-34, maio/ago. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v30n2/6209.pdf/>>. Acesso em: 24 set. 2010.

NUNES, Martha Suzana Cabral; CARVALHO, Kátia de. As bibliotecas universitárias em perspectiva histórica: a caminho do desenvolvimento durável. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 21, n. 1, p. 173 – 193. 2016. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362016000100173&lng=pt&nrm=iso&tlng=en>. Acesso em: 23 jun. 2017.

OXOBY, R. Understanding social inclusion, social cohesion and social capital. **International Journal of Social Economics**, v. 36, n. 12, 2009, p. 1133 – 1152. Disponível em: <http://lcerpa.org/public/papers/LCERPA_2009-09.pdf>. Acesso em: 6 abr. 2017.

PIRES, L.; PINHEIRO, A.; OLIVEIRA, V. Inquérito nacional sobre os apoios concedidos aos estudantes com necessidades educativas especiais no ensino superior. In: *SEMINÁRIO INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR – 10 ANOS DO GRUPO DE TRABALHO PARA O APOIO A ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR*. 2014. Lisboa: Universidade de Lisboa. Disponível em: <<http://www.gtaedes.pt/estudo-e-publicacoes/>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

PORTUGAL. Decreto-Lei nº 163, 8 de agosto de 2006. Dispões sobre a definição das condições de acessibilidade a satisfazer no projeto e na construção de espaços públicos, equipamentos coletivos e edifícios públicos e habitacionais. **Diário da República**, Lisboa, n. 152, p. 5670 – 5689. Disponível em: <<https://dre.pt/application/conteudo/538624>>. Acesso em: 22 jan. 2017.

SARAIVA, L. L. O. **Núcleos de acessibilidade e o atendimento a alunos com necessidades educativas especiais nas universidades federais do Nordeste brasileiro**. Universidade Federal do Rio Grande Norte. 2015. 191p. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-

XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP

graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

Disponível

em:<[https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/20789/1/LuziaLiviaOliveiraSarai
va_DISSERT.pdf](https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/20789/1/LuziaLiviaOliveiraSarai%20va_DISSERT.pdf)>. Acesso em: 22 maio 2017.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. **Revista Brasileira de Educação**, n. 20, p. 60 – 70, 2002.

TURNER, Bryan. **Regulating bodies**: essays in Medical Sociology. New York: Routledge, 1992.

WILLIAMS, Teneka. Inclusivity in any library. **American Libraries**, v. 47, n. 6, 2016, p. 28.

Disponível em: < [https://americanlibrariesmagazine.org/2016/05/31/inclusivity-accessibility-
in-any-library/](https://americanlibrariesmagazine.org/2016/05/31/inclusivity-accessibility-in-any-library/)>. Acesso em: 6 abr. 2017.